

# Comitês de ética balizam o bem-estar na prática da pesquisa universitária

O alcance ético das pesquisas científicas aprimorou-se com a formação dos comitês de ética nas pesquisas institucionais em todo o Brasil e no mundo. O objetivo maior desses comitês é definir deveres e assegurar direitos da comunidade científica e dos participantes de pesquisas. Para tal, a legislação vigente incorporou, expressamente, os princípios de autonomia, não maleficência, beneficência e justiça. Esses princípios compõem os referenciais básicos da bioética. Sem dúvida, esse avanço traz a marca de uma conquista histórica, no que concerne às pesquisas com humanos e com animais, na medida em que a finalidade das pesquisas científicas vincula-se ao bem-estar e à segurança dos humanos e dos animais. Pela relevância do tema, tanto para a universidade quanto para toda a comunidade humana, o **Jornal UFG** e a **Rádio Universitária** promoveram mesa-redonda sobre a formação e atuação dos comitês de ética no âmbito da Universidade Federal de Goiás. Participaram dessa discussão João Batista de Souza e Divina Eterna Vieira Marques, respectivamente, coordenador e vice-coordenadora do Comitê de Ética da UFG; Ekaterina Akimovna Botovchenko Rivera, coordenadora da Comissão de Ética no Uso de Animais na UFG e membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas, e Nivaldo dos Santos, membro do Comitê de Ética Pública da UFG.

**Michele Martins, Roberto Nunes e Silvana Lima**

**Existe um conceito de ética aplicado especificamente ao meio científico?**

**Divina Marques** – Aplicado ao meio científico seria afunilar bastante, vamos ficar com o conceito de ética. Depois de muito tempo examinando a questão “o que é ser ético”, meus alunos e eu chegamos a um conceito bem simples, que é o seguinte: Ser ético é dar o melhor de si mesmo. Dai eles perguntaram: “Mas, professora, as pessoas que se enrolam em bombas e explodem a si mesmas, elas acham que estão dando o melhor de si”. E aí, nós acrescentamos: É dar o melhor de si mesmo, levando em consideração os valores que enaltecem a vida, a liberdade, a justiça e a solidariedade. Tudo o que proporciona ao ser humano o bem-estar.

**Nivaldo dos Santos** – O termo, em sua definição genérica, envolve todas as áreas da atividade humana, como a filosofia, a medicina, as ciências sociais e a tecnologia. Tudo envolve o comportamento ético. Na perspectiva desses critérios apresentados pela professora Divina. Envolve também os princípios que regem a pesquisa com seres humanos e animais e o conceito mais geral de ética pública.

**Ekaterina Botovchenko** – Não consideramos que haja uma ética diferenciada para a pesquisa científica, nem quando envolve o uso de animais. Consideramos, em relação à ciência, os mesmos princípios éticos que regem a vida de todos.

**Nivaldo dos Santos** – A principal ferramenta para a ética é a educação. No caso da universidade, que tem a função de educar, todos os fatos que caracterizam a questão ética, requerem uma educação prévia. Penso que a discussão sobre ética permanece atual. Sobre a ética pública, mais ainda e, sobre a ética em pesquisa, que é o nosso dia-a-dia, sem dúvida. Principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando as pesquisas não tinham limites. Hoje a ética em pesquisas com humanos e animais impõe limites. O papel da universidade é contribuir nessa discussão, ajudando não só a comunidade acadêmica, mas toda a sociedade civil, a olhar para o mundo da ética com mais carinho.

**Qual é a função de um comitê de ética em pesquisa vinculado a uma universidade?**

**Ekaterina Botovchenko** – Deve ser principalmente orientar e educar, ajudar os envolvidos com a pesquisa a fazê-la melhor, levando em consideração vários itens. Sua principal função é mudar o modo de pensar dos pesquisadores. Não é uma forma de punição, porque nem é lei, mas um modo de fazer diferente, com ética, com mais consciência do que se está fazendo ou do que se fazia antes.

**João Batista** – Ele também tem natureza consultiva além da educativa. O comitê é deliberativo, normativo e colegiado, porque compõem a instância diferentes instituições. Isso vale tanto dentro do Comitê de Ética na Pesquisa da UFG (CEP), quanto para a Comissão

de Ética em Pesquisa com o Uso de Animais.

**Quais são os comitês de ética existentes hoje na UFG?**

**João Batista** – Em maio de 2000, o CEP foi registrado no Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa (Conep), no Ministério da Saúde.

**Ekaterina Botovchenko** – Mas já havia, no Hospital das Clínicas, desde 1990, o Comitê de Ética em Pesquisa. Em 1992, ele foi acrescido da CEUA. Formou-se, então, um só comitê, o Comitê de Ética Médica em Pesquisa Humana e Animal. Somente em 2011 houve um desmembramento, porque foram definidas normas diferentes para os comitês de ética em pesquisa com animais e com humanos. São diferentes as resoluções. Agora há o Comitê de Ética em Pesquisa do HC UFG e a CEUA, regulamentada em 13 de agosto deste ano.

**Como se deu a criação do Comitê de Ética Pública no âmbito da UFG, professor Nivaldo? Ele é constituído por quem? Como funciona?**

**Nivaldo dos Santos** – O Comitê de Ética Pública decorre de uma exigência normativa, como todos os comitês e comissões de ética nas instituições públicas. No caso da comissão de ética pública, ela trata do controle da administração pública superior. Desde os cargos de direção até os servidores técnico-administrativos ou docentes no exercício de funções que exigem conhecimento técnico, todos passam por um controle, um monitoramento ético. Há, ainda, a parte específica, os atos que influenciam a vida da universidade e que poderiam ter implicação ética, por exemplo, quanto à pesquisa com seres humanos e animais. Ou também, quando um coordenador de uma pesquisa recebe um equipamento doado ou mesmo um material específico para uma pesquisa: Todo esse material deve ser de conhecimento da universidade, sob pena de caracterizar o uso indevido ou a má conduta, que pode caracterizar desvio de recursos

públicos diretos ou indiretos e consequentemente vir à tona a discussão sobre a ética na gestão dos bens públicos.

**Em caso de material, por exemplo, ele deve ser tombado no ato da concretização da doação?**

**Nivaldo dos Santos** – Exatamente. Os projetos das instituições públicas ou privadas podem levar à existência de recursos materiais, podendo ser objeto de depósito temporário na universidade equipamentos de uso conjunto, de multiuso. Esses bens, depois de depositados, podem ser tombados.

**Que atribuições além dessas tem o comitê de ética pública? A título de exemplificação, atualmente que tipo de demanda é mais comum?**

**Nivaldo dos Santos** – O comitê foi criado recentemente no mês de junho de 2011. Mas, em função da greve dos servidores nas universidades, só agora começamos um diálogo para publicidade, divulgação, socialização do papel dos comitês de ética pública em geral e aqueles específicos de cada instituição. O nosso papel é educar todo servidor público e gestor. Aqueles que trabalham com ensino, pesquisa e extensão. Há cuidados especiais. Por exemplo, a universidade tem uma parceria com um laboratório específico, na área de química, farmacêutica ou bioquímica. Aí, esse laboratório em um determinado convênio, doa materiais e até equipamentos, insumos etc. Então, o professor tem de estar orientado. Às vezes, ele não está. Ele presta um concurso, faz uma prova desse conhecimento específico, mas tem de ser orientado permanentemente para realizar os atos necessários ao exercício da sua função.

**O uso de seres humanos em experimentos científicos trazem incontestáveis benefícios sociais. Contudo, pode haver conflito entre o interesse do indivíduo submetido à experimentação e o interesse da ciência. Quais as exigências éticas consideradas fundamentais que devem**

**ser respeitadas nos casos em que se faz necessário o uso de seres humanos em experimentos científicos?**

**Ekaterina Botovchenko** – Se há tal conflito de interesses, então não é boa a ciência. Não pode haver esse conflito de interesses. O ser humano só pode ser submetido a alguma pesquisa ou experimento se consentir. E ele deve estar ciente de tudo a que vai ser submetido, todos os procedimentos têm de ser explicados. Não acredito que haja esse conflito. Acho que aí não haveria ciência.

**Divina Marques** – Em caso de um paciente em estado terminal, o professor Hans Jonas, que trabalhou a questão da bioética, diria que, se o pesquisador/cientista tem o remédio que não foi testado ainda e sabe que não vai mais servir para alterar o estado de um paciente terminal, mas precisa testá-lo, o pesquisador/médico deve explicar para o paciente nos seguintes termos: “Temos de testar um novo procedimento ou droga que sabemos que não vai alterar o seu estado, mas se você colaborar conosco, a sua experiência pode servir para salvar a vida de outros pacientes. Você concorda?” Se responder positivamente, estará prestando um serviço à humanidade, mas com plena consciência do processo, assinando um termo de consentimento livre e esclarecido.

**Diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, por que no Brasil, as pessoas que se submetem a experimentos científicos não são remuneradas?**

**Divina Marques** – Nas pesquisas de que temos conhecimento, consta um termo que o voluntário deve assinar. Não há remuneração para participar da pesquisa. Porém, tenho notícias, por meio de literatura, de fabricantes de remédio e de laboratórios que contratam pessoas para servirem de cobaias. Não deve ser coisa muito séria, mas há participantes.

**Ekaterina Botovchenko** – Tenho a impressão de que a pessoa não iria pelo bem da ciência, mas pela necessidade. Creio que no Brasil não há remuneração para não estimular esse tipo de mercado, porque certamente viraria um mercado.

**Mas há pessoas que recebem uma ajuda de custo para participar da pesquisa. Isso não acaba sendo uma espécie de remuneração?**

**Divina Marques** – Seria para o deslocamento e a alimentação no dia da pesquisa ou remuneração extra a partir do dia da pesquisa. Isso é pos-

sível. Mas além disso, eu não tenho conhecimento.

**Então o grande risco, nesse caso, seria transformar essa participação em um grande mercado, considerando as limitações do povo brasileiro em relação à educação e até ao entendimento dos processos científicos?**

**Divina Marques** – Sim, acrescentando-se também a situação de pobreza muito presente no nosso país.

m mais a bioética, não que as outras também não envolvam. Os três princípios fundamentais são: a não maleficência (considerar se a pesquisa faz mal ou faz bem à pessoa humana e aos animais); a beneficência e a autonomia (implica o esclarecimento a respeito dos objetivos da pesquisa e dos procedimentos a que o indivíduo será submetido). O coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética da UnB vai mais longe. Para ele ainda é preciso contex-

a sociedade protetora com os cientistas. Porém, há de se fazer uma ressalva: consideramos protetores aqueles que visam ao bem-estar do animal, e não os ativistas, aqueles que perturbam os cientistas, são fanáticos e não levam ao bem estar animal. Temos de fazer essa diferenciação, sim. A universidade trabalha com os membros das sociedades protetoras dos animais, não com os ativistas, que são os que incendiam laboratórios, que matam animais,

das pessoas que usam animais. Temos dado cursos para pesquisadores que vão utilizar animais em experimentos, para que eles saibam trabalhar considerando o bem-estar do animal. Pode-se maltratar muito mais o animal em certos procedimentos quando não conhecemos o seu comportamento. Então, temos essa preocupação na UFG. Em 2010 fizemos um congresso de repercussão internacional sobre o assunto. Discutimos em conjunto com o Ministério Público esta-



Professores Nivaldo dos Santos, da Faculdade de Direito, Divina Marques, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, João Batista de Souza, da Faculdade de Odontologia e Ekaterina Botovchenko, da Escola de Veterinária, debateram o assunto com o radialista Roberto Nunes na Rádio Universitária

**Questões como genética e reprodução humana, uso de fármacos, vacinas, além das que envolvem populações indígenas, ainda estão entre os principais pontos debatidos nos fóruns que discutem a ética?conselhos de remuneração?**

**Divina Marques** – A Resolução nº 196/96 contempla esses dados. Se há debates ,acho que é para aprofundar alguns aspectos específicos.

**João Batista** – Essas áreas são temáticas e fazem parte do Grupo 1, que é submetido a uma análise local do comitê de ética da instituição proponente. Mas, obrigatoriamente, todos vão para o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) para uma avaliação.

**A partir de quando a bioética passou a ser considerada no âmbito da pesquisa científica? Qual é a sua importância e implicações para o desenvolvimento da sociedade?**

**Divina Marques** – O termo bioética é relativamente novo, nasceu na década de 1970, com o oncologista Van Rensselaer Potter. O termo significa a ponte entre a biologia e a filosofia, onde as duas áreas se unem. E aí se questiona: O que é a vida? O que estamos fazendo aqui? Sempre se questiona também o bem da ciência. Falamos em bioética na medicina. Pesquisas como clonagem, tipo o uso de embriões que envolve

tualizar alguns casos, exige mais de autonomia a não maleficência e a beneficência contextualizar a situação. A bioética é, em suma, a ética da vida. A partir dessa noção, é possível chegar a inúmeras análises e respostas.

**Ekaterina Botovchenko** – Em relação ao uso dos animais, há uma grande implicação ética, principalmente em pesquisa. É um dilema ético, quando nos deparamos com os benefícios que advirão do sacrifício de animais. Então, temos de imaginar uma balança na qual o pêndulo do lado do benefício seja bem maior que o do sacrifício, para que o experimento ou pesquisa seja realmente aceitável, porque os animais não têm como assinar um termo de consentimento livre e esclarecido. Então, nós, humanos, somos responsáveis por eles. Temos deveres para com esses animais, de não infringir-lhes sofrimentos.

**As sociedades protetoras dos animais têm ficado muito atentas ao uso ético de animais em experiências. Como a Comissão de Ética no Uso de Animais da UFG tem recebido as demandas dessas organizações?**

**Ekaterina Botovchenko** – A lei sobre experimentação animal, que é de 1994, exige que haja entre os membros da Comissão de Ética no Uso de Animais, um membro da sociedade protetora, para integrar

fazem esse tipo de terrorismo. Isso é considerado, fora do Brasil, como terrorismo puro e simples. As sociedades protetoras, aqui e em outros países, trabalham, há muito, com os cientistas, buscando o bem comum, que pode ser encarado como o bem-estar dos animais e também do homem.

**Qual é a realidade dessa aproximação no âmbito da UFG?**

**Ekaterina Botovchenko** – Temos discutido, com o Ministério Público, estadual e federal, já há vários anos, para chegar a um sentido comum. Trabalhando, conversando, usando sempre o bom senso em todas as nossas atitudes, temos tido bons resultados perante as sociedades protetoras. Temos feito um trabalho conjunto. Em relação ao uso de animais para o ensino, em aulas práticas, essa também é uma preocupação das comissões de ética. Na UFG, é uma preocupação muito grande. A maioria dos animais foi retirada das aulas práticas. Temos usado alternativas, como vídeos e simulação em computadores. Porém, em alguns casos, não podemos prescindir de utilizá-los, como por exemplo, em uma cirurgia animal, na qual devemos considerar também as diferentes reações dos animais. Há casos em que temos de estudar o comportamento animal. Mas, para mim, que trabalho nessa área desde 1990, uma das maiores preocupações é a educação

dual a proteção da fauna. Com certeza continuaremos com essa preocupação.

**Como podemos avaliar a importância da bioética no desenvolvimento da sociedade?**

**Ekaterina Botovchenko** – Ela está implícita em nosso cotidiano, em todas as situações. Se hoje temos uma vida melhor – lembremos que em 1970 a média do brasileiro de vida era de 46 anos –, podemos afirmar que o que ajudou foi a bioética. Hoje temos alimentos mais seguros e a água que bebemos é melhor. No nosso dia-a-dia todas as nossas ações têm alguma ligação com a bioética e, sem dúvida alguma, é de grande valia.

**Divina Marques** – Um exemplo fácil de ser entendido é o problema dos transgênicos, muito discutido na bioética. Outra situação que nos ajuda a entender bem o sentido de bioética são os casos de terminalidade. São situações em que os médicos e a família se deparam com questões do tipo desligar ou não desligar os aparelhos que ainda mantêm uma pessoa viva. A eutanásia, a consulta aos parentes, considerar se o paciente deixou uma orientação, ter certeza se o paciente sofreu morte cerebral. Todas essas discussões que exigem uma decisão do médico, uma decisão da família, estão no âmbito da bioética, a ética da vida.